



Ulysses reuniu-se com líderes da esquerda e recebeu críticas ao projeto de Constituição

Esquerda critica o substitutivo e ameaça obstruir Constituinte

As esquerdas na Constituinte — PT, PDT, os dois partidos comunistas, o PSB — e o Movimento Unidade Progressista do PMDB, advertiram formalmente, ontem, o seu presidente, Ulysses Guimarães, que poderão obstruir a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral e até deixar de subscrever a futura Constituição, caso as teses progressistas sejam aliadas do processo de elaboração da Carta. A informação foi dada pelo líder do PT, deputado Brandão Monteiro, após o encontro com Ulysses.

Durante a reunião, o grupo pediu ainda ao presidente da Constituinte que interceda junto ao relator a fim de que as esquerdas passem a participar das negociações visando a elaboração do substitutivo. Este seria o primeiro passo visando evitar um confronto na Constituinte. Por sua vez, Ulysses prometeu que a sua intenção é a que haja uma negociação entre a apresentação do primeiro e do segundo substitutivos.

É prevista a apresentação do substitutivo ainda hoje sendo que os próximos seis dias seriam reser-



vados à apresentação de emendas na Comissão de Sistematização. Terminado este prazo poderia ser apresentado um novo substitutivo.

Negociação

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, prometeu também, aos líderes e dirigentes dos partidos de esquerda, suspender as sessões plenárias da Constituinte a partir da próxima semana, para realizar em seu lugar as reuniões das Comissões de Sistematização, de modo a que todas as legendas e correntes políticas possam participar ativamente da discussão do substitutivo do relator Bernardo Cabral, cuja apresentação está prevista para hoje. A decisão do deputado paulista teve o objetivo de abrandar o inconformismo dos partidos de esquerda.

O presidente da Constituinte admitiu preocupação com o clima de inconformismo na Assembléia e antecipou que vai intermediar junto a Bernardo Cabral a posição do grupo, de modo a que suas propostas possam também ser consideradas.

Ulysses Guimarães disse ainda que na medida de suas forças vai tentar resolver o problema, lembrando ter sido sua a idéia da apresentação de dois substitutivos pelo relator da Comissão de Sistematização, possibilitando assim ampla discussão de todos os seus temas.

Ficou acertado para ontem mesmo um encontro do grupo com o deputado Bernardo Cabral.

Votos

Segundo avaliação do deputado Brandão Monteiro, as esquerdas na Constituinte têm 103 votos para as teses que defendem e esperam chegar a 150 quando forem realizadas as votações em plenário. O líder estima ainda que o grupo possui 32 votos na Comissão de Sistematização e espera chegar a 40 ficando, portanto, a sete votos dos 47 necessários para a aprovação de qualquer proposta na comissão.

O grupo tem fechados 15 pontos básicos que vai defender na Constituinte entre os quais a reforma agrária com imissão imediata da posse da terra, voto proporcional, estabilidade no emprego e 40 horas semanais, definição de empresa nacional, fim do papel das Forças Armadas, fim da censura e anistia para os militares.

Já o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, relatou que na conversa com Ulysses Guimarães, as esquerdas deixaram claro que discordam frontalmente do substitutivo de Bernardo Cabral. «Fomos levar ao presidente da Constituinte o nosso descontentamento pela forma como está sendo elaborado o substitutivo sem a participação da ala progressista», acentuou o parlamentar ao comentar o encontro de ontem com Ulysses.

Emendas para a nova Carta somam 58 mil

Do dia 15 do mês passado ao dia 23 deste mês, quando se encerrou a primeira discussão do projeto de Constituição, foram proferidos 381 discursos sobre temas constitucionais. Foram 40 dias corridos de sessões, inclusive, aos sábados e domingos, tendo sido realizadas 60 sessões plenárias, com a duração total de 214 horas e 30 minutos.

Quem anunciou esses dados, ontem, em plenário, foi o presidente da Assembléia Nacional, Ulysses Guimarães, que ainda acrescentou mais alguns números. Durante a fase de trabalho das subcomissões e comissões temáticas e da comissão de sistematização, foram oferecidas 37.961 emendas. Nos 30 dias em que o projeto de Constituição permaneceu em plenário para recebimento de emendas, foram apresentadas mais 20.791. Tudo isso e mais anteprojetos, projetos, substitutivos e outras publicações. Foram impressos 113.400 avulsos para distribuição aos constituintes.

Desde a instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional até o dia 20 de agosto, ainda segundo Ulysses Guimarães, foram tiradas 3 milhões, 135 mil cópias xerox de matérias constitucionais. E foram enviados a entidades de classe, assembleias legislativas, prefeituras e tribunais superiores 5.070 exemplares do projeto de Constituição.

«O volume e a quantidade de material produzido — concluiu o presidente da Constituinte — demonstram o esforço e a dedicação que a história deste episódio registrará».

Bancada quer mais do Governo para Nordeste

Aplicação regionalizada do orçamento nacional levando em consideração o critério da população e da renda per capita. Esta é uma das 36 emendas apresentadas pela bancada parlamentar nordestina — 179 Constituintes — à Comissão de Sistematização com pedido de destaque e votação em separado. Para o deputado José Luís Maia (PDS/PI), um dos líderes da bancada, «basta de pedir esmolas, chegou o momento da correção das injustiças com o resgate da dívida social e a eliminação da miséria das massas».

A estratégia de ação montada pela bancada Nordestina para atuar na Constituinte, durante o período de votação na Sistematização e no plenário, dependerá do apoio de governadores, deputados estaduais e lideranças regionais. Para tanto, existe a possibilidade de um encontro, em Brasília, para firmar uma possível «Aliança» com os integrantes da bancada parlamentar do Norte, para juntos, pressionar e votar em bloco as emendas comuns às duas regiões.

A bancada nordestina elaborou um documento intitulado «Presença do Nordeste no Anteprojeto de Constituição». Em carta compromisso enviada ao presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, os nordestinos defendem a reforma tributária como saída para a correção das disparidades regionais de renda, o planejamento nacional como função do Estado, a justiça tributária e a efetiva utilização do orçamento como instrumento da ação planejadora para o bem-estar dos cidadãos.

Reunião

A bancada parlamentar nordestina esteve reunida na noite de ontem, no auditório Delmiro Gouveia (anexo IV), e decidiu criar um grupo de trabalho para definir uma política agropastoril e uma Comissão para acompanhar o desenvolvimento do Programa de Emergência para o Suprimento da Energia Elétrica ao Nordeste e outra para discussão do Projeto de Zona de Processamento de Exportação (ZPE). As emendas apresentadas à Sistematização, segundo consenso na reunião, visam eliminar as desigualdades regionais e sociais com a elaboração de planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões do País.

«Temos que acabar com esta peregrinação de prefeitos e governadores na porta de gabinetes em Brasília em busca de minguados recursos da União», frisou o deputado José Luís Maia (PDS/PI). Para tanto, a bancada nordestina pretende inovar o texto constitucional com alterações na política tributária. Uma delas, é fixar o critério populacional para a distribuição da dotação orçamentária da União, com base no crescimento real da despesa de custeio e, de investimento com um prazo de dez anos.

Novo critério

Atualmente a região Nordeste absorve apenas 14,32% da receita da União, que sob o novo critério, pularia para 31,97%. A região Norte, com 2,83% subiria para 18,67% ao passo que a região Sudeste, hoje com 21,09% passaria para 25,97%.

Cidadãos sem mandato vão a plenário hoje

Pela primeira vez na história do Congresso, cidadãos sem mandato parlamentar estarão defendendo hoje as emendas populares encaminhadas à Constituinte assinadas por mais de 13 milhões de eleitores. Serão três dias de debates no plenário da Comissão de Sistematização, onde 28 oradores, a maioria indicados pelas entidades que subscreveram as emendas, vão defender dispositivos que devem constar da nova Constituição.

As emendas tratam dos Direitos da Mulher, Direitos da Família, dos Trabalhadores, dos Aposentados, dos bancários e securitários, Saúde, Moradia Popular, Reforma Urbana e Participação no Lucro das Empresas, entre outras. Em seguida elas irão ao plenário da Constituinte, onde serão votadas junto com as emendas do projeto final de Constituição.

Os debates de hoje começam às 19 horas e vão até às 23h30. Serão defendidas emendas sobre o Direito da Mulher, a Aposentadoria da Mulher, Aposentadoria das Donas-de-Casa, Direitos da Família e Família. Estão inscritos para falar, por ordem, sobre estes temas, Moema Viezzer, Del Bosco Amaral, Lúcia Pacífico Homem, Maria Amélia de Almeida Teles, Francisco Massá Filho e Dom Benedito de Ulhoa Vieira.

Direitos do Trabalhador

Na sessão de amanhã, que começará às 9 horas, o trabalhador e os aposentados terão suas emendas defendidas. Vão falar Ulysses Riedel, Paulo Paim e Carlos Roberto Siqueira de Castro, sobre os Direitos do Trabalhador. As emendas sobre a aposentadoria integral para os trabalhadores urbanos e rurais terão com defensores, Dib Jorge, José Duarte, Farabuline Júnior e João Botelho, que defenderá ainda uma emenda tratando do limite do imposto de renda sobre os salários.

Na sexta-feira as emendas sobre a saúde e a previdência terão a sua vez para serem defendidas. Vão falar: André Puccinelli, defendendo a melhoria da saúde pública; Sérgio Arouca, Sistema de Saúde; Gastone Righi, Sistema Nacional de Saúde; Armando Wurth, Salário Mínimo para Deficientes; Paulo Mantex, Previdência Privada e Antônio Gilson Rocha, sobre Plano de Previdência das Estadais e dos Parlamentares.

D. Benedito luta por lei antiaborto

O bispo de Uberaba, dom Benedito de Ulhoa Vieira, ex-vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vai defender hoje uma emenda popular sobre a família e a defesa da vida, contra o aborto. A emenda conta com mais de 500 mil assinaturas, subscritas por três entidades religiosas: CNBB, Associação Educadora Católica do Brasil e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.

Dom Benedito chegou a ser citado como o sucessor de dom Luciano Mendes à frente da CNBB e é considerado um bispo progressista. A sua defesa da emenda vai se concentrar sobre a proibição do aborto na nova Constituição. Ele vai falar também da nova posição da Igreja, que já admite o relacionamento estável entre casais que não contraíram o matrimônio. Dom Benedito Ulhoa é tido também como um bispo muito hábil, que sempre atua nos bastidores da CNBB.

Riedel faz defesa dos trabalhadores

Ulysses Riedel, diretor técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) defenderá amanhã a emenda popular sobre os Direitos do Trabalhador. Advogado trabalhista, ele tem atuação junto a sindicatos e confederações de trabalhadores em Brasília. A emenda que vai defender tem mais de 40 mil assinaturas e é subscrita por nove confederações de trabalhadores, as três centrais sindicais e nove entidades nacionais de servidores públicos.

Ele é uma das figuras-chaves do Diap, que se organizou há dois anos para atuar em defesa das causas trabalhistas junto ao Congresso. Ulysses vai defender a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais. Como argumento, levará pareceres de juristas como, José Martins Catharino, Délio Maranhão e Wagner Giglio, defendendo as duas matérias.